

O que a Antropologia Pode Fazer pelas Crianças?

Fernanda Müller^{1,2}
Sueli do Carmo Oliveira^{3,4}

¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

²Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Araçuaí, MG, Brasil

⁴Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Este artigo defende a prática da Antropologia com crianças como uma forma de expandir os horizontes da disciplina e permitir a educação do/a antropólogo/a. Tal perspectiva implica uma reflexão constante sobre a formação do/a antropólogo/a, uma vez que o/a aprendiz deve estar aberto/a a novas abordagens e à contínua evolução da disciplina. Ao realizar etnografias com crianças, torna-se possível questionar as representações hegemônicas sobre a infância e ampliar a compreensão convencional acerca desse fenômeno em nível global. Nesse sentido, é crucial que a formação em Antropologia considere a reflexão sobre educação, crianças e infância, com o objetivo de preparar antropólogos/as capazes de lidar com a complexidade e a diversidade da infância e das experiências das crianças. Além disso, é necessária uma revisão sobre a associação imediata de educação ao ensino e escolarização, de forma a ampliar a compreensão acerca dos diversos modos de aprendizagem.

Palavras-chave: Antropologia; Aprendizagem; Educação; Etnografia; Formação.

What Can Anthropology do for Children?

Abstract

This article advocates for the practice of Anthropology with children as a way to broaden the horizons of the discipline and enable the education of the anthropologist. This perspective involves constant reflection on the education of the anthropologist, as the apprentice must be open to new approaches and the ongoing development of the discipline. By conducting ethnographies with children, it becomes possible to question hegemonic representations of childhood and expand the conventional understanding of this phenomenon on a global level. In this sense, it is crucial for Anthropology training to consider reflection on education, children, and childhood, with the goal of preparing anthropologists capable of dealing with the complexity and diversity of childhood and children's experiences. Additionally, a review is necessary of the immediate association of education with teaching and schooling, in order to expand the understanding of the various modes of learning.

Keywords: Anthropology; Learning; Education; Ethnography; Training.

Recebido em: 21/04/2023

Aceito em: 18/09/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução¹

A Antropologia, como definida por Herzfeld (2014, p. 27), consiste em uma “crítica sistemática das noções de senso comum”. Seu objetivo principal é questionar os modelos hegemônicos das versões culturalmente aceitas, bem como indagar o senso comum da teoria social ocidental (Herzfeld, 2014). No entanto, apesar de seus esforços, os/as antropólogos/as ainda enfrentam dificuldades em reconhecer outras formas de infância que não correspondem ao padrão ocidental, como sugere Cohn (2013). A autora mostra como a Antropologia pode ajudar a compreender outras maneiras de ser criança que muitas vezes não são reconhecidas pelas políticas públicas de saúde, educação e direito, mesmo quando bem-intencionadas e preocupadas com os direitos das crianças.

As pesquisas antropológicas com crianças vêm desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a definição universal de infância, presente na escolarização, na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e na Psicologia do Desenvolvimento (Allerton, 2020). Ao abordar as distintas experiências das crianças em contextos diversos, as etnografias com crianças possibilitam questionar representações hegemônicas sobre a infância.

Desde Malinowski e Mead, a Antropologia tem se fundamentado nos trabalhos de campo com crianças de diferentes contextos e criticado as fórmulas universalizantes de desenvolvimento da Psicologia (Levine, 2007). No entanto, ainda há muito a avançar na crítica à “[...] hegemonia conceitual e cosmológica do senso comum global [...]” (Herzfeld, 2014, p. 33) relacionada à noção de infância.

De que forma a etnografia com crianças pode contribuir para ampliar a compreensão convencional sobre a infância em nível global e como essa abordagem pode enriquecer a formação em Antropologia?

A formação em Antropologia tem a possibilidade de uma significativa ampliação ao incorporar crianças como interlocutoras legítimas de pesquisa. Ao invés de meras receptoras passivas de informações, as crianças exercem uma função vital na preservação e renovação da cultura e das tradições. A inclusão desses sujeitos na pesquisa antropológica pode, assim, enriquecer a compreensão das dinâmicas culturais e sociais, ao mesmo tempo que oferece novas perspectivas à disciplina. As crianças possuem uma visão de mundo particular e questionamentos distintos dos adultos, resultando em possíveis descobertas e interpretações inovadoras sobre a cultura e a sociedade. A perspectiva

¹ Expressamos nossa gratidão pelo suporte do CNPq, FAP/DE, UnB e IFNMG, cujo fomento às nossas pesquisas possibilitou a reflexão e elaboração deste artigo.

aqui sustentada sobre o ativo papel das crianças na renovação e preservação cultural encontra eco na abordagem de Mauss (2010[1937]). Ao evidenciar formas de linguagem inovadoras no contexto infantil, Mauss apontou para os procedimentos de recriação cultural guiados pelas próprias crianças. Sua ênfase nas interações e na educação mútua entre crianças de diferentes idades sugere uma sociabilidade capaz de disseminar ou restringir usos linguísticos e códigos morais distintivos. Uma anedota do próprio Mauss ilustra a invenção de um neologismo disciplinador entre crianças – *potte-au-feu*² –, em que as menores eram submetidas ao disciplinamento das mais velhas. Contrariamente à noção de receptáculos passivos da herança adulta, a Sociologia da Infância de Mauss realça o potencial heurístico de investigar as dinâmicas culturais através das lentes e vozes das crianças.

Por outro lado, a escolarização massiva das crianças influenciou a concepção moderna de infância e a forma como elas são vistas como objeto pedagógico. A criação da escola pública tornou a infância um espaço institucionalizado, normalizando, ao menos nas ditas “sociedades complexas”, o que é ser criança. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir sobre a infância e as crianças na formação em Antropologia, sobretudo no que diz respeito à aprendizagem.

A discussão acerca da formação em Antropologia tem sido impactada por articulações teórico-metodológicas que emergem tanto dos campos da Antropologia quanto da Educação. Oliveira (2021) realizou uma análise recente sobre a Antropologia da Educação no Brasil, destacando as clivagens entre os agentes que mobilizam esse subcampo. Essas clivagens correspondem a um certo foco temático, já que os estudos de Antropologia das práticas educacionais são realizados predominantemente por pesquisadores/as de Programas de Pós-Graduação em Educação, enquanto as discussões em torno do ensino de Antropologia e da formação de antropólogos/as são mais frequentes entre pesquisadores/as de Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Ciências Sociais. No entanto, os dois enfoques têm em comum a ênfase na educação como um processo de ensino.

A primazia das práticas escolares e dos processos de formação e ensino também foi citada por Neusa Gusmão (2022), ao analisar os dossiês temáticos sobre Antropologia da Educação publicados entre 2010 e 2020. Gusmão destaca que, independentemente do ponto de partida em que se dão as relações entre Antropologia e Educação, a educação é mobilizada sob o signo da escolarização. Portanto, é fundamental considerar a reflexão sobre educação, crianças e infância na formação em Antropologia, com o objetivo de trazer novas abordagens e perspectivas à disciplina, inclusive, aos processos de aprendizagem.

Este artigo defende a prática da Antropologia com crianças como uma forma de expandir os horizontes da disciplina e promover a educação do/a antropólogo/a, premissa defendida por Aragão (2018)³ e Ingold (2019). Tal perspectiva requer a constante reflexão

² *Potte-au-feu*, cuja tradução literal é “panela no fogo”, é uma espécie de cozido da culinária tradicional francesa, usada aqui como um neologismo por Mauss para designar uma forma de punição disciplinadora dentro do seu grupo de amigos e parentes crianças.

³ O capítulo “Quem tem medo do bicho-papão?” foi apresentado em 1992 no Congresso sobre o “Mal-Estar na Educação”, promovido pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre, e publicado em 1994. Neste texto, Aragão (2018) constrói uma narrativa potente em torno do poder da “educação pela antropologia”, destacando como a sua própria trajetória pessoal e as complexidades culturais do Brasil fundamentaram seu argumento. O autor ressalta que a Antropologia pode desempenhar um papel vital na educação, pela promoção da “educação pela antropologia”, ideia que contrasta com a “Antropologia da Educação”. Isso sugere que a Antropologia não deve ser apenas um campo de estudo, mas

sobre a formação do/a antropólogo/a, uma vez que o/a aprendiz deve estar aberto/a a novas abordagens e ao contínuo desenvolvimento da disciplina. Ao realizar etnografias com crianças, torna-se possível questionar as representações hegemônicas sobre a infância e ampliar a compreensão tradicional acerca desse fenômeno em nível global. Nesse sentido, é crucial que a formação em Antropologia considere a reflexão sobre educação, crianças e infância, com o objetivo de preparar antropólogos/as capazes de lidar com a complexidade e a diversidade da infância e das experiências das crianças. Além disso, é necessária uma revisão sobre a associação imediata de educação ao ensino e escolarização, de forma a ampliar a compreensão acerca dos diversos modos de aprendizagem⁴.

2 Para Além de uma Antropologia da Escolarização

Apesar dos trabalhos pioneiros desenvolvidos na interface da Antropologia e da Educação terem como foco a aprendizagem, a Antropologia da Educação se desenvolveu, na maior parte do mundo (não apenas no Brasil), como uma área de estudos sobre o ensino ou sobre a escolarização. Isso pode estar associado, por um lado, à larga disseminação do modelo ocidental de educação pelo mundo e, por outro, à concentração nas Faculdades de Educação de pesquisas desenvolvidas na área (Anderson-Levitt, 2012).

A disseminação do modelo ocidental de educação no mundo consolidou a díade infância-escola, dado o efeito que a criação da escola pública produziu na concepção moderna de infância e, paralelamente, a repercussão da institucionalização da infância no processo da invenção da escola pública. Assim, com a modernidade emerge uma concepção normativa de infância que tem como eixos estruturantes a escola pública, a família nuclear e os saberes médico, psicológico e pedagógico sobre as crianças.

Quando as crianças são enviadas em massa para a escola, elas passam a se tornar alvo da ação dos adultos, que começam a se ocupar delas como alunas. Nesse processo de institucionalização, surgem o “ofício de criança” e o “ofício de aluno” como facetas interligadas, a partir das quais é criada uma concepção predominante de infância e de como ser criança. A infância é definida como um período de aprendizagem e as crianças são normalizadas como objeto pedagógico (Chamboredon; Prévot, 1986).

A construção da infância moderna se baseou na demarcação de limites entre adultos e crianças, a qual foi consolidada por meio da separação espacial entre esses grupos sociais. A produção da diferença entre adultos e crianças possui estreita relação com as teorias clássicas sobre a socialização, cuja ênfase recai mais na forma com que as crianças são influenciadas pelos agentes socializadores do que na forma com que as crianças agem

também uma perspectiva que influencia a maneira como nos educamos, entendemos outras culturas e abordamos as diferenças.

⁴ Esta análise, contudo, não se direciona ao mapeamento exaustivo das concepções de Pedagogia e infância, uma tarefa que seria mais apropriada para um outro artigo. Entretanto, é relevante salientar que Rocha (2001) distingue a Pedagogia da Infância das abordagens tradicionais da Pedagogia ao alargar o entendimento da Educação Infantil para além do contexto escolar tradicional. A autora enfatiza a importância de reconhecer a singularidade das práticas educacionais em creches e pré-escolas. A crítica à abordagem pedagógica tradicional está associada à sua propensão para a uniformização e homogeneização, enquanto uma Pedagogia da Infância se orientaria pela busca de uma reflexão sistemática que entrelaça conhecimento teórico e experiências concretas. A Pedagogia da Infância, conforme compreendida por Rocha, é uma ciência da prática educacional, em constante desenvolvimento e adaptação, voltada à compreensão e ao aprimoramento das práticas direcionadas às crianças de zero a seis anos de idade.

no mundo. Os espaços socializadores por excelência nesta acepção passaram a ser a família nuclear e a escola.

Se antes, o processo de socialização das crianças era visto como coletivo, em que a criança aprendia valores por meio da interação com outros membros da sociedade, com uma concepção moderna, esse processo passou a ser associado ao indivíduo, ou seja, é a criança que deve internalizar esses valores a partir de um processo psicológico individual (Christensen; Prout, 2005). O discurso dominante no pensamento ocidental em relação às crianças foi amplamente influenciado pela noção de desenvolvimento, o que resultou em um contínuo foco nas instituições responsáveis pela socialização na infância, tais como a escola e a família. Nessa perspectiva, as experiências das crianças são frequentemente analisadas por meio dos vínculos com essas instituições, o que acaba por obscurecer outros aspectos importantes de suas vidas. Isso tem dificultado uma compreensão mais ampla sobre a infância e a educação, que poderia levar a uma ampliação dos contextos e significados relacionados às crianças.

Como a educação tem sido mobilizada a partir da rubrica da escolarização, as crianças, quando incluídas em estudos da Antropologia da Educação, aparecem como sujeitos escolarizados, subsumidos na condição de aluno. A institucionalização das crianças contribuiu para a construção da infância como um fenômeno universal e para o seu isolamento em relação ao mundo adulto, reificando as posições nós (adultos) versus elas (crianças). A educação passou a ser sinônimo de ensino, de interiorização de repertórios de conhecimento, de algo que acontece na escola. A relação entre educação e infância, logo, se naturaliza a partir da escola e da associação entre criança e aluno, educação e escolarização, e educação e ensino.

Passamos a seguir a um exercício contrafactual: 1) se as crianças se tornassem o foco das etnografias, quais seriam as possíveis mudanças no subcampo da Antropologia da Educação? 2) se a participação das crianças como interlocutoras de pesquisas fosse considerada em Antropologia da Educação poderia contribuir para desestabilizar questões naturalizadas e propiciar práticas etnográficas que permitam uma teoria vivida⁵ (Peirano, 2008) com crianças? 3) se essa participação ocorresse poderia abrir espaço para a coautoria de adultos e crianças, parte fundamental da teoria antropológica, resultante do processo de tradução estabelecido no campo?

Se a teoria antropológica se desenvolve e se aperfeiçoa por meio da etnografia (Peirano, 1995) como resultado do confronto entre teoria e observação, é possível afirmar a importância da inclusão de crianças como uma forma de contribuir para o desenvolvimento da teoria. Isto possibilitaria uma Antropologia da Educação que não tenha seu escopo reduzido à “Antropologia da Escolarização” e uma reflexão sobre o aperfeiçoamento da formação do/a antropólogo/a, que contemple a aprendizagem de Antropologia em diferentes contextos sem circunscrevê-la ao ensino. Assim, em relação à formação em Antropologia, a inclusão das crianças pode ser efetuada de forma bidirecional: a) como

⁵ Peirano (2008) utiliza o termo teoria vivida para se referir ao diálogo íntimo entre teoria e etnografia nas pesquisas antropológicas. Nessa perspectiva, a etnografia seria a própria teoria em ação e não apenas um método. É na pesquisa etnográfica que a teoria antropológica se atualiza, por meio de um exercício constante de repensar as categorias do senso comum, reavaliar a teoria acumulada a partir da realidade observada e de confrontar teorias acadêmicas e nativas.

temática de ensino no currículo dos Cursos de Ciências Sociais; b) como interlocutoras principais nas etnografias.

3 Desontologizar Pessoas e Ontologizar a Aprendizagem

Pires (2010) argumentou que as crianças são fundamentais para a Antropologia, uma vez que sua visão de mundo pode oferecer novas perspectivas sobre a cultura e a sociedade. As crianças não aprendem apenas com os adultos, mas também entre si, o que influencia a maneira como compreendem e dão sentido ao mundo. Ao observar como as crianças recriam e interpretam a cultura, podemos melhor compreender a dinâmica cultural em ação. Além disso, estudar as crianças pode fornecer *insights* valiosos sobre a sociedade como um todo, tanto para adultos quanto para as próprias crianças.

Enfocar a infância e as interações sociais em que as crianças estão envolvidas pode torná-las interlocutoras ativas nos estudos antropológicos, conferindo-lhes autonomia conceitual (Christensen; Prout, 2005). A etnografia com crianças coloca a aprendizagem em um contexto social mais amplo, que não se limita à escola nem a um estágio específico do desenvolvimento humano. Assim, a prática etnográfica pode ser uma forma de reconstruir as teorias dominantes, tornando-as mais vivas, tanto para antropólogos/as adultos/as quanto para seus interlocutores crianças. Trata-se de assumir o fazer etnográfico como teoria em ação, não apenas como método, mas como teoria vivida (Peirano, 1995).

O direcionamento do *olhar*, do *ouvir* e do *escrever* (Cardoso de Oliveira, 1996) para as experiências e práticas cotidianas de crianças em diferentes contextos pode mudar o foco dos estudos nas instituições socializadoras para um outro, que concebe as crianças em suas próprias ações e nas relações sociais em que estão envolvidas. Igualmente, avançaria para além da categoria “dependente”, tão associada à família e escola.

Gottlieb (2009) identifica a invisibilidade etnográfica dos bebês na Antropologia. Nos debates sobre educação, as crianças tenderiam, segundo a autora, a figurar com base em balizas mais ideológicas do que etnográficas. Gottlieb ainda argumenta que a etnografia com bebês e seus/suas cuidadores/as em diversos contextos culturais ofereceria contribuições importantes aos debates em torno do “papel da educação na formatação da vida humana” (Gottlieb, 2009, p. 328).

Portanto, superar a invisibilidade, ou a pouca visibilidade, etnográfica das crianças, sem subsumi-las à condição de alunos, contribui para a “[...] desontologização das categorias infância e criança” (Rifiotis *et al.*, 2021, p. 13). Isso significa pensar na infância em termos plurais e relacionais, não como uma categoria universal, questionando a naturalização do status social das crianças. Reconhecer o caráter dinâmico e heterogêneo das infâncias e das múltiplas experiências das crianças nos mais diferentes contextos também pressupõe questionar “o que é ser adulto?” e examinar as interações de adultos e crianças na própria etnografia, bem como em outras práticas institucionais específicas (professor/a, mãe/pai, pediatra, etc.) (Christensen, 2004, p. 166). Nesse movimento de desontologização, crianças e adultos/as são reconhecidos/as em suas multiplicidades de devires e complexas interdependências (Prout, 2010).

A etnografia com crianças em diferentes contextos sociais, além de contribuir para a desontologização das categorias “infância” e “criança”, permite explorar as conexões entre aprendizagem e cultura (Lave, 2015), uma possível estratégia para a Antropologia da Educação. Isto possibilita não só superar a ideia de educação como ensino, mas também a noção muito acionada, mas pouco problematizada e explicitada, de *transmissão cultural*⁶ (Ingold, 2010). A ontologia social da aprendizagem é um caminho para examinar a noção de aprendiz geralmente atribuída às crianças (Tassinari, 2011). Por meio dela, é possível desestabilizar representações sobre aprender e conhecer atreladas às noções de infância e escolarização e também aos seus imbricamentos, tanto no que se refere à formação do/a antropólogo/a quanto à educação como prática social. Além disso, como um processo relacional e contínuo de aprendizagem, a etnografia com crianças possibilita reposicionar a formação em Antropologia para além do debate sobre ensino, ou escolarização de crianças. Por fim, pode fornecer caminhos para descentrar o visualismo e o verbalismo na Antropologia e “[...] fazer dos sentidos um tema empírico da avaliação antropológica” (Herzfeld, 2014, p. 35).

O reconhecimento da capacidade das crianças como interlocutoras da pesquisa envolve identificar o quão limitante são os canais puramente verbais de investigação e a visão como meio privilegiado de conhecimento autorizado. O visualismo, uma das bases do pensamento ocidental moderno, “substituiu outras preocupações sensoriais nas práticas representacionais da antropologia” (Herzfeld, 2014, p. 35), produzindo uma normalização do visual e uma homogeneização do Outro. O visualismo está expresso até mesmo na designação do principal mecanismo metodológico da Antropologia: a observação participante.

Por meio de uma etnografia com crianças como teoria vivida, é possível expandir as possibilidades de uma abordagem antropológica que não separa observação e participação, produção e reprodução cultural, ser e conhecer, e que não limita o conhecimento aos parâmetros da racionalidade moderna. Isso permite o surgimento de uma Antropologia da Educação que se funde com a Antropologia como educação (Aragão, 2018; Ingold, 2019), em que a reflexão sobre a educação e a aprendizagem dos/as interlocutores/as esteja associada à compreensão do/a antropólogo/a adulto/a como aprendiz. Essa abordagem reconhece a interconexão geracional entre adultos/as e crianças no mundo e pode trazer novas perspectivas e descobertas na pesquisa etnográfica.

Lave e Wenger (1991) e Ingold (2020) têm mostrado como as noções de aprendizagem e educação nas sociedades modernas ou ocidentais têm sido fortemente associadas à escolarização. A escola é tão naturalizada como o lócus da formação educacional que muitas vezes é dissociada da prática da educação. O ensino passa a ser entendido como condição para a aprendizagem e a educação como sinônimo de transmissão de conhecimentos. O que está implícito é uma compreensão vernacular de educação, que influencia fortemente a formação atual em Antropologia.

⁶ Ingold (2010), ao se perguntar sobre o que cada geração contribui para a cognoscibilidade da geração seguinte, responde que esse conhecimento não é resultado de transmissão de informação. Não se trata de conhecimento comunicado, mas de conhecimento construído através das experiências dos sujeitos, enquanto seres-no-mundo, que seguem e se orientam pelos caminhos dos antecessores, em um movimento de redescoberta guiada, de educação da atenção.

Ingold (2020, p. 16) cita a predisposição de antropólogos/as em buscar “[...] educação na transmissão de informação simbolicamente codificada [...]”, mesmo quando trata-se de pesquisas em sociedades sem escolas. Ou seja, a lógica da escolarização e a noção de aprendizagem como variável dependente do ensino são mobilizadas até mesmo em pesquisas com crianças em contextos não escolares. Essa é uma constatação que amplia a importância de considerar a aprendizagem como parte das práticas sociais. Aprendizagem e cultura não devem ser pensadas de forma dissociada da produção relacional e histórica da vida cotidiana. Ao contrário, “Cultura ‘e’ aprendizagem são sempre ambas as coisas, tanto uma quanto outra, indivisivelmente”, afirma Lave (2015, p. 39). Assim sendo, a aprendizagem é uma produção cultural e não pode ser compreendida apenas como transmissão ou socialização de conhecimentos, nem pode ser limitada ao ensino como uma simples interiorização de repertórios culturais. Em termos de ontologia social, “[...] a aprendizagem tem suas raízes na prática, e no ser, mais do que no saber” (Lave; Packer, 2011, p. 19). Para Lave, toda aprendizagem é situada e emerge das “[...] interconexões entre pessoas, atividades, saber e o mundo” (Lave, 2019, p. 139).

Tornar-se conhecedor, nessa perspectiva, é tornar-se pessoa. E todo saber é uma trajetória biográfica (Ingold, 2020, p. 37). A pessoa não é uma entidade discreta fora de um fluxo de materiais. É preciso que se aprenda com as formas de vida humanas e não humanas, assumindo-se como um componente integrante do ambiente e de um fluxo material. O conhecimento é imanente à vida e cresce em linhas de correspondências da vida social, direcionado à comunhão (onde se juntam) e à variação (onde cada um se torna si próprio) (Ingold, 2020).

Por sua vez, Toren (2012) apresenta um modelo abrangente da natureza humana, em que a mente emerge das relações intersubjetivas ao longo do tempo. A consciência desempenha uma faceta que reconhece o sujeito pensante e o mundo vivenciado por esse indivíduo. Esse processo está profundamente arraigado na sociabilidade humana e na intersubjetividade moldada historicamente. A noção de autopoiese, que envolve autogeração, organização e regulação, encontra sua raiz na esfera social, diferenciando-nos dos objetos inanimados. O processo de aprendizagem desempenha um papel crucial nessa autopoiese, configurando-se como um processo autopoético. Desde o nascimento, nossas relações com outros estruturam-se por meio do processo micro-histórico da aprendizagem. Além disso, Toren enfatiza que atribuímos significado ao mundo através da transformação dos sentidos previamente estabelecidos por outros. A concepção de pessoa é inegavelmente influenciada por relações interpessoais e pelo contexto histórico que a circunda.

4 Uma Antropologia com as Crianças que Educa Adultos/as

De acordo com Ingold (2020, p. 37), a educação não deve ser buscada na Pedagogia, mas sim na prática participativa e nas correspondências da vida social. A Antropologia desempenha um papel de mediadora entre o “conhecimento transmitido pela ciência e a sabedoria da experiência e imaginação” (Ingold, 2019, p. 11). Ingold (2020, p. 10) propõe uma perspectiva diferente, onde a educação é vista como uma “prática de atenção” e a

Antropologia é considerada como uma forma de educação, como “[...] uma maneira de viver a vida com os outros”.

Ao incluir crianças em pesquisas que promovem o encontro entre Antropologia e Educação, é possível reformular e tensionar conceitos estabelecidos, reavaliar teorias acumuladas e incluir perspectivas conceituais e analíticas que emergem do diálogo comparativo próprio da Antropologia. Isso vai além de simplesmente aprender sobre o mundo, mas questionar como pode haver um mundo a ser conhecido (Ingold, 2019). As crianças têm um papel fundamental nesse processo, pois, por meio de suas práticas e observações nos mundos sociais em que participam, mobilizam conceitos e diferentes linguagens de forma inovadora, indo além da compreensão do que lhes é dito pelos adultos (Allerton, 2020).

A Antropologia é uma disciplina que se compromete ontologicamente a estudar com as pessoas, incluindo aí as formas de vida humanas e não humanas, e a se perceber como parte integrante do ambiente em que se realiza. No entanto, apesar da importância dessa abordagem, a Antropologia ainda não tem dado a devida atenção às crianças, exceto por um grupo consolidado de pesquisadoras da Antropologia da Infância e das Crianças (apesar de não ser o objetivo esgotar toda a produção disponível, observe: Pires (2010), Pires (2011), Tassinari (2011), Schuch, Ribeiro e Fonseca (2014), Ribeiro (2016), Sousa (2017), Medaets (2020), Sousa e Pires (2021), Rifiotis *et al.* (2021) e Cohn (2013; 2021).

A perspectiva de assumir a Antropologia com crianças como educação vai além da abordagem proposta por Prout e James (1997) de utilizar a etnografia como método privilegiado para o estudo da infância. Em um sentido mais amplo, etnografias com crianças podem ser desenvolvidas como uma forma de aprendizagem e, portanto, como uma ação transformadora ancorada nas relações sociais e não no suposto isolamento ou separação de mundos sociais de crianças e adultos. Essa abordagem envolve a observação participante que atenta não só para as experiências e práticas diárias das crianças em diferentes contextos socioculturais, mas também nos modos de experimentar a vida que não se limitam a processos racionais baseados em habilidades intelectuais (Gottlieb, 2009). Ademais, a Antropologia com crianças como educação pode ser compreendida como um movimento de diálogo e construção de possibilidades e condições da vida humana, abrindo-se para a pluralidade de experiências de infância. Essa abordagem se sustenta em um compromisso ontológico e epistemológico com as crianças como sujeitos e coautoras da construção do conhecimento.

Ao criticar a prática de tratar o conhecimento e a vivência no mundo como separados, Ingold (2016) expressa sua oposição à etnografia como prática antropológica dominante – “Chega de etnografia!”, protestou. Ao invés disso, praticar a Antropologia com crianças como educação não apenas permitiria a educação do/a antropólogo/a, mas também expandiria os horizontes da própria Antropologia. Isso envolve refletir sobre a formação do/a antropólogo/a como aprendizagem na prática, em constante mudança. Como Lave (2019) observou, todos/as somos aprendizes de nossa própria prática em constante mudança.

5 Conclusão

Enquanto as pesquisas antropológicas com crianças (comumente agrupadas sob a rubrica da Antropologia da Infância e das Crianças) têm se interessado pela aprendizagem e pela educação em seu sentido mais amplo, nas pesquisas da Antropologia da Educação têm se dado ênfase aos processos de escolarização. Essa constatação reforça a necessidade de considerar as crianças como interlocutoras de pesquisas em Antropologia da Educação. Não se trata de propor uma

[...] antropologia da aprendizagem, ou estudos educacionais da aprendizagem –, mas de desenvolver uma prática de investigação que leve em conta o que acontece – e sempre acontece – em termos de aprendizagem nas práticas em curso (alguns podem chamar de reprodução da prática; outros de formação da pessoa) (Gomes; Faria; Bergo, 2019, p. 132).

Ao defendermos a importância da inclusão das crianças na formação em Antropologia, nosso objetivo não é reforçar a ideia de que a posição de aprendiz é única das crianças. Não estamos interessadas em promover uma abordagem exclusiva de Antropologia centrada na aprendizagem das crianças ou em estudos educacionais sobre a aprendizagem. Também não buscamos fortalecer a dicotomia entre práticas educacionais modernas e tradicionais, nem sustentar a separação entre o mundo dos adultos e o das crianças. Pelo contrário, nosso propósito é demonstrar que, ao examinarmos as diversas formas de aprendizagem presentes nas práticas sociais que envolvem adultos e crianças, enriquecemos a etnografia como uma teoria vivida (Peirano, 2008). Buscamos tornar visíveis tanto os sujeitos (crianças) quanto os processos (educação), adotando uma abordagem inclusiva na formação em Antropologia.

Por outro lado, Cohn (2013) destaca como os preconceitos antropológicos e suposições pessoais frequentemente prejudicam a compreensão abrangente das crianças como sujeitos plenos e capazes. A autora critica a tendência de olhar para as crianças apenas por meio de uma perspectiva de universalidade da infância, o que leva a negligenciar suas especificidades e suas maneiras de gerir as próprias experiências. Isso suscita questionamentos sobre o despreparo ainda corrente da Antropologia para ouvir e compreender as narrativas das crianças, especialmente quando elas desafiam as noções tradicionais.

Propomos uma abordagem que considere a prática etnográfica como um processo de aprendizagem. Esse processo é caracterizado como relacional e contínuo, fundamentado nas interações de pesquisadores/as e sujeitos da pesquisa, levando em conta as condições que influenciam as aprendizagens de todos/as os/as envolvidos/as. Isso requer uma autocrítica por parte dos/as antropólogos/as, especialmente aqueles que vêm de contextos escolarizados, para evitar a reprodução de concepções ligadas às relações de aprendizagem e à própria ideia de aprender (Gomes; Faria; Bergo, 2019) e, acrescentaríamos, às concepções de infância, crianças, idade adulta e adultos/as.

A pergunta lançada por Pires há mais de uma década – “O que as crianças podem fazer pela Antropologia?” – foi extremamente pertinente e desencadeou reflexões que ressoam até hoje. No presente artigo, propomos uma indagação inversa: “O que a

Antropologia pode fazer pelas crianças?’. Defendemos a ideia de que uma estratégia para compreender a infância e integrá-la às etnografias consiste em envolver as crianças na formação de futuros/as antropólogos/as.

Na última década, temos observado um interesse crescente no desenvolvimento de etnografias focadas em crianças, que são cada vez mais reconhecidas como agentes ativos. Esse movimento é particularmente evidente na consolidação do campo da Antropologia da Criança e da Infância no Brasil. Esse redirecionamento de perspectiva na abordagem antropológica das crianças foi destacado por Pires, que ressaltou a importância de considerá-las interlocutoras legítimas dentro da pesquisa. As etnografias centradas em crianças têm desvendado a cultura e as relações sociais como construções dinâmicas, moldadas de maneiras singulares pelas crianças, mas sempre em relação com outros grupos geracionais. Esses estudos têm revelado as cosmologias e práticas infantis, desafiando noções pré-concebidas de cultura e sociedade ao mostrar sua constante reinvenção nas interações entre crianças e adultos.

Portanto, a Antropologia com crianças tem provocado uma revisão dos conceitos convencionais da disciplina. Ao invés de sistemas abstratos, cultura e sociedade se revelam como processos constitutivos das relações humanas, inclusive daquelas que abarcam as crianças. Ao considerar as crianças, a Antropologia renova seu ofício em descrever e compreender as sutilezas e pluralidades dos mundos sociais e simbólicos, para além das lentes centradas nos adultos.

A inserção de ao menos uma disciplina de Antropologia da Criança e da Infância nos currículos dos cursos de Ciências Sociais seria uma importante iniciativa para permitir o desenvolvimento de etnografias centradas nas crianças por uma nova geração de antropólogos/as. Essa abertura inicial para a inclusão das crianças no currículo pode ser um catalisador para outras mudanças mais amplas, levando a uma superação das perspectivas institucionalizadas do processo educacional. Isso não apenas afeta a Antropologia da Educação, mas também os debates em torno da formação em Antropologia. Esta proposta tem como ponto de partida a interseção entre a Antropologia da Criança e da Infância e a Antropologia da Educação, com o intuito de evidenciar o potencial de avanços na teoria antropológica caso sejam consideradas as contribuições que as crianças podem oferecer para a formação em Antropologia. Nesse sentido, há uma abertura para a prática de uma etnografia com crianças como teoria vivida e para uma abordagem da Antropologia que leve em conta as crianças na formação de antropólogos/as.

Desse modo, as pesquisas antropológicas com crianças podem contribuir com os grandes debates da área, sem se circunscrever às temáticas da educação e/ou da infância. Poderíamos assim refletir sobre o que aconteceria com os problemas e debates da Antropologia se estudados a partir de etnografias com crianças, o que emergiria como revelação partilhada do mundo a partir da relação intersubjetiva estabelecida entre antropólogos/as adultos/as e seus/suas interlocutores/as crianças.

Referências

- ALLERTON, Catherine. Childhood. *In*: STEIN, Felix (ed.). **Open Encyclopedia of Anthropology**. Facsimile of the first edition in *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. 1. ed. 2020. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/printpdf/972>. Acesso em: 11 abr. 2023. DOI: <http://doi.org/10.29164/20child>.
- ANDERSON-LEVITT, Kathryn M. (org.). **Anthropologies of Education: a Global Guide to Ethnographic Studies of Learning and Schooling**. 1. ed. [S.l.]: Berghahn Books, 2012.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei. **Coronéis, candangos e doutores: por uma Antropologia dos valores aplicada ao caso brasileiro**. Curitiba: Appris, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656>. Acesso em: 8 set. 2020.
- CHAMBOREDON, J. C.; PRÉVOT, J. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 59, p. 32-56, 1986. Disponível em: www.publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1305. Acesso em: 12 abr. 2023.
- CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Anthropological and Sociological perspectives on the study of children. *In*: GREENE, Sheila; Hogan, Diane (ed.). **Researching children’s Experiences, Approaches and Methods**. London: Sage, 2005. p. 42-60.
- CHRISTENSEN, Pia. Children’s Participation in Ethnographic Research: Issues of Power and Representation. **Children & Society**, [s.l.], v. 18, p. 165-176, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/chi.823>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013. Disponível em: <https://10.15448/1984-7289.2013.2.15478>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- COHN, Clarice. O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 27, p. 31-59, 2021.
- GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes; BERGO, Renata Silva. Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 116-135, set.-dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2019.v28.n56.p116-135>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/r938Knnpn9QqKsvqgR8Hpc6H/#>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- GUSMÃO, Neusa. Desafios das categorias na relação entre dois campos de conhecimento: a Antropologia e a Educação. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [s.l.], v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/reis.v5i2.13936>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- HERZFELD, Michael. **Antropologia: Prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.3.21690>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- INGOLD, Tim. Anthropology contra ethnography. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 21-26, 2017.
- INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

- INGOLD, Tim. **Antropologia e/como Educação**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777/4943>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- LAVE, Jean. Situated Learning: Historical Processes and Practice. *In*: LAVE, Jean. **Learning and everyday life: access, participation and changing practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 133-157.
- LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 21, n. 44, p. 37-47, jul.-dez. 2015.
- LAVE, Jean; PACKER, Martin. Hacia una ontologia social del aprendizaje. **Revista de Estudios Sociales**, [s.l.], n. 40, p. 12-22, 2011.
- LAVE, Jean.; WENGER, Etienne. **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LEVINE, Robert. Ethnographic Studies of Childhood: A Historical Overview. **American Anthropologist**, [s.l.], v. 109, n. 2, p. 247-260, 2007.
- MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. **Pro-Posições**, [s.l.], v. 21, n. 3, [1937] 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072010000300014>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- MEDAETS, Chantal. **“Tu garante?”: aprendizagem às margens do Tapajós**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557250402>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Uma análise da antropologia da educação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2000-2020). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, [s.l.], v. 2, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em: 1º abr. 2023.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PIRES, Flávia. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e infância no semiárido nordestino. Rio de Janeiro; João Pessoa: E-papers; UFPB, 2011.
- PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 16, n. 34, p. 137-157, 2010. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200007>.
- PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. *In*: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer Press, 1997. p. 07-33.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 40, n. 141, p. 729-750, 2010.
- RIBEIRO, F. B. A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França. **Desidades**, [s.l.], v. 4, n. 10, p. 19-28, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/3149/2497>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- RIFIOTIS, Fernanda Cruz *et al.* A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 27, n. 60, p. 7-30, 2021.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal Rocha. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 16, n. 1, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100004>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SCHUCH, Patrice; RIBEIRO, Bittencourt Ribeiro; FONSECA, Cláudia. Infâncias e crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 13, n. 2, 205-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.16467>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

SOUSA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia. Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 60, 2021. p. 61-93. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200003>. Acesso em: 3 abr. 2023.

TASSINARI, Antonella Imperatriz. I. **O que as crianças têm a ensinar a seus professores?** Coleção Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011. v. 129.

TOREN, Christina. Learning as a microhistorical process. *In*: JARVIS, Peter (ed.). **The Learning Handbook**. Abingdon: Routledge, 2012. p. 402-410.

Fernanda Müller

Doutora e Mestre em Educação, Graduada em Pedagogia e Ciências Sociais – Antropologia. É professora associada da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância (GIPI). Atualmente, exerce suas funções no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde atua na área de Antropologia. Dedicar-se à Antropologia da Infância, Antropologia da Educação e Antropologia Urbana. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Endereço profissional: UNIRIO, Departamento de Ciências Sociais, Avenida Pasteur, n. 458, Urca, RJ. CEP: 22290-240.

E-mail: fernanda.muller@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1788-8662>

Sueli do Carmo Oliveira

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Graduada em História Universidade de Ouro Preto (UFOP). Integra a Assessoria Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia da Criança, Antropologia da Religião e Performances afrodiaspóricas.

Endereço profissional: IFNMG, Câmpus Araçuaí: BR 367, km 278, s/n, Zona Rural, Araçuaí, MG. CEP: 39600-000.

E-mail: sueli.oliveira@ifnmg.edu.br/oliveirasc@ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1926-1748>

Como referenciar este artigo:

MÜLLER, Fernanda; OLIVEIRA, Sueli do Carmo. O que a Antropologia Pode Fazer pelas Crianças?. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e93948, p. 115-128, janeiro de 2024.